

Para Bornhausen, atacar inflação deve ser a meta

CECILIA PLESE
Correspondente

São Paulo — O presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, Roberto Konder Bornhausen confirmou esta semana em entrevista a uma emissora paulista, que o setor financeiro recebeu a eleição do presidente Tancredo Neves exatamente como a grande maioria da Nação — com uma expectativa altamente favorável. Ele salientou que as eleições realizadas no último dia 15, embora indiretas, representaram mais um passo na direção do retorno da plenitude democrática do País, acrescentando que embora conscientes das enormes fidelidades a serem resolvidas nas áreas econômica, social e política, os banqueiros têm certeza de que o novo governo, em razão do suporte de opinião pública de que desfruta, do apoio político que arrebanhou e da qualidade de seu primeiro mandatário, deverá ter plenas condições de equacionar em grande parte as questões que afligem a sociedade brasileira.

Em sua opinião, as indicações já divulgadas pela comissão de assessoramento econômico do futuro presidente e pelo próprio Tancredo Neves ao nomeá-la, com o objetivo de receber subsídios que norteiem sua ação no setor, são ainda bastante genéricas, mas não podem ser consideradas precárias. Os balizamentos de rumos a serem adotados a partir de 15 de março disse ele, têm se mostrado bastante importantes embora seja óbvio que os programas mais detalhados só serão anunciamos em data mais próxima de sua posse e uma vez composta sua equipe de governo. Para o presidente da Febraban, a principal dificuldade a ser enfrentada pela próxima administração será sem dúvida a da inflação, que está intimamente ligada ao processo de descontrole das finanças públicas. Ele entende que as duas coisas devem ser atacadas e solucionadas conjuntamente, lembrando que a demanda do governo por recursos do mercado financeiro, afeta as taxas de juros e por consequência a própria inflação. E acrescentou que enquanto perdurar o índice atual de inflação, a indexação generalizada da economia se revela como prioritária, para que sua performance continue positiva. "Nós não devemos imaginar que com a eliminação da correção monetária acabaremos com a aspiral inflacionária". Explicou "apesar dela contribuir como fator realimentador da inflação, porque é exatamente essa característica da indexação que retarda alguns aumentos de preços, que fatalmente ocorriam se houvesse uma absoluta ausência de índices".

Bornhausen admitiu que infelizmente o Brasil tem convivido por um período mais longo do que o necessário com taxas muito altas de juros o que torna o custo financeiro extremamente elevado. Sua expectativa porém, é a de que essas taxas se reduzam a níveis compatíveis com a atividade econômica em função das mudanças políticas a serem introduzidas pelo novo governo. O ordenamento do déficit público ressaltou, permitirá um maior ajustamento do mercado financeiro e que

as taxas de juros refluem para patamares mais normais.

O relacionamento dos banqueiros com o novo governo explicou o presidente da Febraban, deverá ser de colaboração, de forma a que os projetos delineados para a área econômica possam ser implementados e atinjam seus objetivos. Uma menor presença do estado sobre o mercado financeiro ressaltou, seria muito desejável, além de útil ao processo de redução das taxas de juros pois o sistema bancário não tem interesse nenhum na sua manutenção em níveis elevados. Quanto menores as taxas, mais convenientes elas são, esclareceu, porque os riscos enfrentados pelas carteiras de empréstimos também se reduzem. E para Bornhausen a colaboração que os banqueiros poderão oferecer a Tancredo será a de cumprir eficientemente sua função de alocar os recursos disponíveis da poupança nacional, aos setores que melhor uso dele poderão fazer.

Depois de reconhecer que a atividade econômica passou por um período de retomada mais acelerada a partir do segundo semestre de 84, Bornhausen negou entretanto, que isso se tivesse refletido em maior demanda por recursos no mercado financeiro. Segundo ele, as empresas estavam com disponibilidade para enfrentar o crescimento de negócios sem exacerbar a procura por crédito junto ao setor privado.

Tal demanda continua calma e cautelosa complementou, exatamente como deve ser em função das taxas elevadas. Quanto ao mercado acionário disse ele, exerceu papel preponderante nesse quadro, ao movimentar em 84, cerca de um trilhão de cruzeiros o que reforçou o capital das empresas abertas e contribuiu para que a economia ficasse mais sadias.

O controle do governo sobre os bancos no Brasil é extremamente rígido e obedece a uma regulamentação detalhada acompanhada de perto pelo Banco Central, afirmou o banqueiro. Mas os exageros praticados em termos desse controle acabam por fazer com que as instituições percam muito de sua eficiência e também isso precisa ser melhor considerado pelo futuro governo.

Referindo-se ao interesse dos bancos estrangeiros instalados no País, de ampliar sua participação no mercado, o especialista declarou que o setor financeiro não vem se preocupando com isso há muitos anos, pois a convivência entre bancos nacionais e estrangeiros é pacífica e a concorrência entre os dois segmentos, salutar. Ele lembrou que nos últimos tempos, de 8 a 10 bancos estrangeiros instalaram-se no Brasil em função de acordos de reciprocidade com países como Itália, Espanha e Uruguai, o que entretanto, não trouxe nenhuma apreensão em termos da possibilidade de uma eventual desnacionalização do setor.

Nessa conjuntura de mudança de governo, ele não vê obstáculos para que esse relacionamento continue sendo excelente e observa que o fato do professor Affonso Celso Pastore, presidente do Banco Central estar em entendimentos com os credores no exterior é um indicativo disso.